



ADC 035/2018

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.
Em Recuperação Judicial

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

31 DE MARÇO DE 2018

ÍNDICE

Mensagem da Administração.....	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	5
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado do Exercício.....	11
Demonstração do Resultado Abrangente.....	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	14
Demonstração do Valor Adicionado.....	15
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	16

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria da Conpel – Cia Nordestina de Papel, submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis, com relatório de auditores independentes, referente ao 1º Trimestre de 2018.

Este relatório tem o objetivo de dar aos acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes, mercado financeiro, órgãos públicos e demais integrantes da sociedade, todas as informações necessárias e abrangentes nas diversas áreas da companhia.

Tivemos em 2017 um ano muito difícil e desafiador, atravessando uma lenta, mas importante fase da companhia, não somente pela crise financeira que empresa vem atravessando nos últimos anos, mas também pela modesta retomada da economia brasileira, cujo abalou fortemente o segmento de embalagens de papel, principalmente na região Nordeste do Brasil.

Iniciamos 2018 com grande expectativa, mas a economia brasileira perdeu o folego, segundo FGV – Fundação Getúlio Vargas PIB subiu 0,7% em fevereiro sobre 2017, mas caiu 0,3% ante janeiro deste ano, aponta monitor do PIB.

A Conpel sentiu esta perda de folego e teve queda no faturamento, mas que foi retomada em março e acredita no crescimento consistente e mantém sua busca continua pelo ponto de equilíbrio.

Contamos com uma excelente parceria com clientes, garantindo o fornecimento dos principais insumos, o que tem mantido a regularidade da produção, nos permitindo retomar o crescimento esperado para 2018.

Iniciamos a retomada da fábrica de sacos multi-folhados, contamos com sua retomada na segunda quinzena de maior, o que vai nos garantir um incremento de receita inicial de 10%, mas com perspectivas de um crescimento exponencial.

Certos que estamos no caminho certo, seguimos na certeza que a Conpel retornará ao seu lugar de destaque no setor de embalagens no Nordeste Brasileiro.

Conde - PB, 15 de maio de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
CONPEL – Cia Nordestina de Papel
Conde – PB

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.(Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com abstenção de opinião sobre as Demonstrações Intermediárias

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 750 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 1.226/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores. No entanto, a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, além de apresentar dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa. Possui alto grau de endividamento tributário, trabalhista e previdenciário, com fornecedores e instituições financeiras, o que gera dificuldades na obtenção de novos financiamentos. As demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de março de 2018 demonstram agravamento da situação em relação ao exercício anterior, ao evidenciar queda significativa no Faturamento.

A Companhia apresenta passivo a descoberto no montante de **R\$ 196.088mil** em 31 de março de 2018 (**R\$ 171.915mil** em 31 de dezembro de 2017). Tais situações remetem a

elevado grau de incerteza quanto à capacidade da Companhia de em dar continuidade as suas atividades operacionais.

A Companhia requereu um pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, o qual foi deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde, em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441).

As demonstrações financeiras e as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.

Não expressamos uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras intermediárias da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), pois, devido à relevância dos assuntos descritos, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Dada à situação econômica e financeira que a Companhia vem enfrentando nos últimos exercícios, agravada pelo processo de recuperação judicial deferido no exercício de 2017, suas operações foram significativamente afetadas, principalmente pela interrupção da produção da linha de sacarias, em janeiro de 2017, cujas atividades não foram restabelecidas até a emissão deste relatório. Dessa forma, entendemos que há indícios relevantes de que os ativos imobilizados da Companhia relacionados a esta atividade estão sujeitos a perdas significativas (*Impairment*), no entanto, não nos foram apresentadas evidências de análise realizada, de forma que nos possibilitasse concluir com segurança razoável de que as demonstrações financeiras não apresentam distorções materiais em decorrência deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de maio de 2018.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5

Claudio Silva Foch
Sócio Diretor - CRC- RJ- 102.455/O-4 S-PR

Eduardo José Negrão
Sócio Diretor - CRC- PR- 042423/O-6

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO	Nota	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	-	168
Contas a Receber de Clientes	8	2.164	1.965
Estoques	9	1.221	673
Adiantamento a Fornecedores	10	1.627	1.121
Impostos a Recuperar	11	577	603
Outros Créditos	12	-	-
Despesas do Exercício Seguinte		-	-
Total do Ativo Circulante		5.589	4.530
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	11	2	2
Partes Relacionadas	13	903	903
Outros Créditos	12	874	875
Total do Realizável a Longo Prazo		1.779	1.780
Imobilizado	14	55.127	55.710
Total do Ativo Não-Circulante		55.127	55.710
TOTAL DO ATIVO		62.495	62.020

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	13.919	12.549
Empréstimos e Financiamentos	17	1.821	2.768
Obrigações Sociais	18	35.192	33.721
Obrigações Tributárias	19	172.750	151.880
Adiantamento de Clientes	20	1.973	626
Outras Obrigações		452	435
Total do Passivo Circulante		226.107	201.979
NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas	13	12.841	12.159
Impostos Diferidos	21	19.635	19.797
Total do Passivo Não Circulante		32.476	31.956
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
	23		
Capital Social		22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		33.597	33.870
Prejuízos Acumulados		(252.023)	(228.123)
Total do Patrimônio Líquido		(196.088)	(171.915)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		62.495	62.020

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018 E
31 DE MARÇO DE 2017

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receita Operacional Líquida	24	2.958	1.371
(-) Custos do Produtos Vendidos		(3.751)	(2.289)
Lucro Bruto		(793)	(918)
<i>Despesas Operacionais</i>			
Com Vendas	25	(52)	(38)
Gerais e Administrativas	26	(968)	(790)
Outras Receitas e Despesas	27	(806)	(2.779)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(2.619)	(4.525)
<i>Resultado Financeiro</i>			
	28		
Receitas Financeiras		3	9
Despesas Financeiras		(21.719)	(4.174)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(24.335)	(8.690)
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos		162	325
Resultado Líquido do Exercício		(24.173)	(8.365)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:		(1,33)	(0,46)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE
MARÇO DE 2017**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(24.173)	(8.365)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(24.173)</u>	<u>(8.365)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Patrimônio Líquido Total</u>
Em 31 de Março de 2017	22.338	(209.134)	34.690	(152.106)
Resultado do Período	-	(9.468)	-	(9.468)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	274	(274)	-
Em 30 de Junho de 2017	22.338	(218.328)	34.416	(161.574)
Resultado do Período	-	(5.493)	-	(5.493)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 30 de Setembro de 2017	22.338	(223.548)	34.143	(167.067)
Resultado do Período	-	(4.848)	-	(4.848)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 31 de Dezembro de 2017	22.338	(228.123)	33.870	(171.915)
Resultado do Período	-	(24.173)	-	(24.173)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 31 de Março de 2018	22.338	(252.023)	33.597	(196.088)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE MARÇO
DE 2017

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(24.173)	(8.365)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	649	694
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	806	1.096
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(162)	(325)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	<u>(22.880)</u>	<u>(6.900)</u>
Clientes	(1.004)	(1.901)
Estoques	(548)	(405)
Impostos a Recuperar	27	225
Despesas do Exercício Seguinte	-	16
Outros Créditos	(506)	(1.078)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	<u>(2.031)</u>	<u>(3.143)</u>
Fornecedores	1.367	885
Obrigações Sociais e Tributárias	22.341	4.174
Adiantamento de Clientes	1.348	2.119
Outras Obrigações	16	8
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	<u>25.072</u>	<u>7.186</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>161</u>	<u>(2.857)</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(66)	(1)
Baixa Imobilizado	-	2.943
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	683	171
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	<u>617</u>	<u>3.113</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	3.423	1.032
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(4.201)	(1.285)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	<u>(778)</u>	<u>(253)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>-</u>	<u>3</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	-	3

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE
MARÇO DE 2017**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	4.125	1.912
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	162	325
Venda de Ativo Imobilizado	-	(1.680)
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(806)	(1.096)
Provisão (Reversão) p/ Contingências	-	-
Provisão (Reversão) p/ Impairment	-	-
Perdas Não operacionais	-	-
Perdas Não operacionais no Estoque	-	-
Incentivos Fiscais Recebidos	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(1.631)	(379)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(844)	(492)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.006</u>	<u>(1.410)</u>
Depreciação, Amortização e Exaustão	(649)	(694)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>357</u>	<u>(2.104)</u>
Receitas Financeiras	3	9
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	<u>360</u>	<u>(2.095)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>360</u>	<u>(2.095)</u>
<i><u>Pessoal</u></i>		
Remuneração Direta	998	1.117
Benefícios	199	207
FGTS	356	113
<i><u>Impostos, Taxas e contribuições</u></i>		
<i>Federais</i>	759	380
<i>Estaduais</i>	487	279
<i>Municipais</i>	-	-
<i><u>Remuneração de capitais de terceiros</u></i>		
Juros	21.719	4.174
Aluguéis	15	-
Resultado do Exercício	<u>24.173</u>	<u>8.365</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberta e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2530000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

Durante o exercício de 2017 a Companhia manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da Companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis do Exercício findo em 31 de Março de 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

2.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias:

a) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

b) **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

c) **Passivos financeiros**

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía Contas a Pagar a Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

-mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;

-condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

2.6 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

2.7 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.9 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

(i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

(i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

2.15 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, odontológica, entre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício.

2.16 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.153, de 23 de janeiro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, a Empresa efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A Empresa não possui derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos. A política não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Empresa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Empresa.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de vendas a seus clientes.

O risco de crédito relativo às vendas é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes às vendas.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

d) Operações com derivativos

A Empresa não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Empresa é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Empresa e maximizar o valor aos sócios.

A Empresa controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Empresa pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos sócios, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

4. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Empresa deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

4.1 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

5.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

f) Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes e, portanto, dispensa a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	168
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	2.164	1.965
Depósitos Judiciais	874	874
Total Ativos Financeiros	3.038	3.007
PASSIVOS FINANCEIROS		
Fornecedores	13.919	12.549
Empréstimos e Financiamentos	1.821	2.768
Total Passivos Financeiros	15.740	15.317

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos Conta Movimento	-	168
Total de Caixa e Equivalentes	-	168

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

8. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a Receber de Clientes	12.362	11.359
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(10.198)	(9.394)
Total de Contas a Receber	2.164	1.965
Aging List das contas a receber de clientes		
Vencidos	10.776	10.169
A vencer em até 3 meses	1.586	1.190
A vencer entre 3 e 6 meses	-	-
Total	12.362	11.359

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

9. ESTOQUES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Produtos acabados	900	429
Matérias primas	112	69
Materiais Secundarios	68	56
Outros materiais	82	69
Operações com Terceiros	(362)	(327)
Material recebido para industrialização	421	377
Total de Estoques	1.221	673

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 31 de Março de 2018 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontra-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Kelton da Silva Pontes	84	76
Albuquerque Gerenciamento de Resíduos Ltda - EPP	43	43
Frederico Marcos Figueiredo	4	42
N. Valencio & Oliveira Ltda	36	36
Fernando Imperano da Costa ME	29	29
Siderquímica Ind. e Com. Prod. Quim. S.A.	12	9
Outros Fornecedores	1.419	886
Total de Adiantamentos a Fornecedores	1.627	1.121

Devido a Recuperação Judicial Companhia tem encontrado dificuldade na concessão de crédito junto a fornecedores, havendo a necessidade de pagamento a vista e/ou forma antecipado na compra de matéria prima e despesas, acarretando no aumento da conta de adiantamento de fornecedores.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRPJ/CSLL Estimativa	89	88
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	116	114
ICMS a Recuperar	-	23
ICMS sobre ativo imobilizado	11	17
Pagtos. Indevidos a Compensar	70	70
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	291	291
Impostos a Recuperar Circulante	577	603
ICMS sobre ativo imobilizado	2	3
Impostos a Recuperar Não Circulante	2	3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. OUTROS CRÉDITOS

	31/03/2018	31/12/2017
Outros Créditos	-	-
Total Circulante	-	-
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	874	874
Total não Circulante	874	874

13. PARTES RELACIONADAS

	31/03/2018	31/12/2017
ATIVO		
EKN Administração e Participações	903	903
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	-	-
Antonio de Pauli	-	-
Total Ativo não Circulante	903	903
PASSIVO		
Compet Agro Florestal	2.598	2.598
Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná	983	414
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	926	813
Antonio de Pauli	8.334	8.334
Total Passivo não Circulante	12.841	12.159

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

14. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Média Taxas de Depreciação		4,00%	5,22%	8,97%	6,89%		9,54%		
Em 31 Dezembro de 2017									
Custo	7.002	19.911	73.366	4.386	723	31	488	1.352	107.259
Depreciação	-	(199)	(426)	(11)	(10)	-	(6)	-	(652)
Deprec. Acumulada	-	(10.795)	(30.158)	(4.264)	(445)	(31)	(386)	-	(46.079)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.818)
Valor líquido contábil	6.532	8.164	39.347	77	242	-	87	1.261	55.710
Em 31 Março de 2018									
Custo	7.002	19.911	73.366	4.386	723	31	488	1.352	107.259
Depreciação	-	(199)	(425)	(9)	(10)	-	(6)	-	(649)
Deprec. Acumulada	-	(10.994)	(30.584)	(4.275)	(455)	(31)	(392)	-	(46.731)
Adições	-	-	-	-	-	-	66	-	66
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.818)
Valor líquido contábil	6.532	7.965	38.922	68	232	-	147	1.261	55.127

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
31 de Março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

15. RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... *valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso*” atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens avaliados é de R\$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (*Impairment*) no exercício de 2017.

16. FORNECEDORES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	13.919	12.549
Total de Contas a Pagar	13.919	12.549

Aging List de Contas a Pagar

Vencidos	13.574	12.336
A vencer em até 3 meses	251	72
A vencer entre 3 e 6 meses	47	47
A vencer de 6 meses a 1 ano	47	94
Total	13.919	12.549

O impacto da crise nas atividades da empresa, reflete em um aumento nos no saldo do Contas a Pagar.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A natureza das obrigações está descrita a seguir:

Circulante	31/03/2018	31/12/2017
Financiamentos	405	405
Empréstimos de Fornecedores	-	-
Duplicatas Descontadas	1.416	2.363
Total Empréstimos e Financiamentos	1.821	2.768
Vencimentos		
Em até 6 meses	1.821	2.768
	1.821	2.768

a) Indexadores:

Por Indexação		
Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)	0,90%	0,90%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

Devido à dificuldade que capital de giro que ainda persiste, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/03/2018	31/12/2017
Salários a Pagar	893	1.248
INSS	18.448	17.333
FGTS	4.119	3.723
IRRF Funcionários	1.711	1.673
Provisões e Encargos	2.699	2.424
Provisão Indenizações	6.327	6.327
Parcelamentos Previdenciários	790	790
Contribuição Sindical	205	203
Total	35.192	33.721

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS (i)	30	13
PIS (ii)	6.750	5.669
COFINS (ii)	32.093	27.103
IPI (ii)	104.476	100.147
INSS S/ FATURAMENTO (ii)	4.147	3.987
IRRF	49	44
IRPJ	2.424	1.910
CSLL	542	536
Multas Infrações CLT	361	357
ISS	39	39
INSS Retido Fonte	38	38
PIS/COFINS/CSLL	269	253
ICMS Diferencial de Aliquota	31	23
ICMS Divida Ativa	21.501	11.761
Total Circulante	172.750	151.880

- (i) No período de janeiro a junho de 2017 a companhia não se beneficiou do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba, pois nestes meses a empresa apurou crédito no ICMS. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.
- (ii) Com relação aos tributos diretos e indiretos federais e os demais tributos em aberto estão sendo atualizados de acordo com o índice de multa e juros estipulado de acordo com RFB/PGFN, e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
31 de Março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cientes Diversos	1.973	626
Total	1.973	626
Samuel Junior de Souza	74	74
Riograndense Distribuidora Ltda	49	49
Janaina Aparecida Aarques Diniz	27	27
Pescados Fish Ltda	21	21
Ivone da Silva Gomes	40	48
Outros	1.762	407
Total	1.973	626

Assim como a Conpel, diversas empresas têm dificuldade em conseguir crédito no mercado, com isso há a necessidade de pagamento antecipado de suas compras, esta conta reflete os adiantamentos recebidos de clientes.

21. IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo Atribuído	50.905	51.319
Vida Útil	6.846	6.908
IRPJ Diferido (25%)	14.438	14.557
CSLL Diferida (9%)	5.197	5.240
Total	19.635	19.797

22. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Remuneração de Conselheiros	-	60
Remuneração de Diretores	33	39
Total	33	99

Devido a Recuperação judicial os membros do conselho de administração e diretoria reduziram suas remunerações até que a companhia retorne a demonstrar resultado.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	33.597	33.870
<i>Prejuízo Exercício Anteriores</i>	<i>(227.850)</i>	<i>(228.123)</i>
<i>Prejuízo do Período</i>	<i>(24.173)</i>	-
Prejuízos Acumulados	(252.023)	(228.123)
Total do Patrimônio Líquido	(196.088)	(171.915)

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil, e está composto da seguinte forma:

Acionista	Espécie / Classe	Quantidade	Capital Subscrito - R\$	Votante
EKN - Embal. Kraft NE Ltda	Ações Ordinárias	17.377.638	21.420.235	96%
Outros minoritários	Ações Ordinárias	744.461	918.106	4%
Total		18.122.099	22.338.341	100%

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Papel Kraft	2.001	503
Chapa de papelão	1.290	301
Caixas	961	1.050
Sacos	-	195
Outras Receitas	-	-
Total Mercado Interno	4.252	2.049
(-) Impostos sobre Vendas	(1.167)	(541)
(-) Devoluções e Abatimentos	(127)	(137)
Receita Líquida	2.958	1.371

A receita operacional líquida demonstra um crescimento, ainda acanhado, mas uma melhora na receita em comparação com o mesmo período de 2017. Resultado do trabalho desenvolvido na área comercial objetivando a busca de novos clientes e ponto de equilíbrio.

31 de Março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. DESPESAS COM VENDAS

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Fretes	(51)	(38)
Comissões	(1)	-
Total	(52)	(38)

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(775)	(656)
Serviços, Aluguéis	(42)	(35)
Energia, Água e Comunicações	(64)	(35)
Materiais de Consumo	(40)	(21)
Impostos Taxas e Contribuições	-	(12)
Gastos Gerais	(47)	(31)
Total	(968)	(790)

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIn	-	-
Recuperação de Despesas	-	-
Outras Receitas	-	(1.680)
Total Outras Receitas	-	(1.680)
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	(805)	(1.096)
Outras Despesas	(1)	(3)
Total Outras Despesas	(806)	(1.099)
Total	(806)	(2.779)

28. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros Mora Ativos	1	5
Outros Juros Ativos	2	4
Total Receitas Financeiras	3	9
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Financiamentos	-	-
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(128)	(58)
Juros Mora Passivos	(140)	(304)
Juros s/ de Tributo	(21.295)	(3.566)
Multas s/ de Tributo	(112)	(174)
Juros Tributos Parcelados	-	-
Descontos Concedidos	(3)	(1)
Despesas Bancárias	(41)	(38)
Outras Despesas Financeiras	-	(33)
Total Despesas Financeiras	(21.719)	(4.174)
Total Resultado Financeiro Líquido	(21.716)	(4.165)

A principal variação neste grupo de contas deu-se pela atualização dos juros e multas sobre o passivo tributário, cujo está conciliado e acurado com os devidos extratos da RFB e PGFN.

29. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Natureza		
Depreciação e Amortização	(649)	(694)
Despesas com Pessoal	(1.553)	(1.437)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(1.631)	(379)
Serviços de Terceiros	(1.257)	(703)
Outras Despesas Operacionais	(806)	(2.779)
Total	(5.896)	(5.992)
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(3.751)	(2.289)
Despesas com Vendas	(51)	(38)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.288)	(886)
Outras Despesas Operacionais	(806)	(2.779)
Total	(5.896)	(5.992)

30. LAJIDA (EBTIDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
31 de Março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 31 de Março de 2018 e de 2017.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

LAJIDA (EBITDA)	31/03/2018	31/03/2017
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(24.173)	(8.365)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(162)	(325)
(+) Despesas Financeiras	21.719	4.174
(-) Receitas Financeiras	(3)	(9)
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA (EBIT)	(2.619)	(4.525)
(+) Depreciação e Amortização	649	694
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	(1.970)	(3.831)

Conde (PB), 31 de dezembro de 2017.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3

Jackson Eduardo Lopes Dias
Diretor Administrativo/Financeiro e Relações com Investidores